

FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

ANDRESA LOPES BOTELHO

VILMA LOPES DE SOUZA

**TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE *ACCOUNTABILITY*
EM PORTAIS ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS COM MAIORES CONCENTRAÇÕES
POPULACIONAIS**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DOCTUM - MG

2018

ANDRESA LOPES BOTELHO

VILMA LOPES DE SOUZA

**TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE *ACCOUNTABILITY*
EM PORTAIS ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS COM MAIORES CONCENTRAÇÕES
POPULACIONAIS**

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Doctum de Caratinga, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis sob orientação da Professora Aucione Aparecida Barros Guimarães.

DOCTUM - CARATINGA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

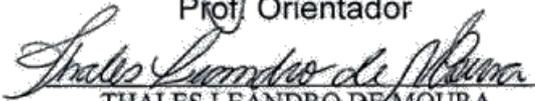
O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE ACCOUNTABILITY EM PORTAIS ELETRÔNICOS: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS COM MAIORES CONCENTRAÇÕES POPILACIONAIS, elaborado pelo(s) aluno(s) ANDRÉSA LOPES BOTELHO e VILMA LOPES DE SOUZA foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS das FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Caratinga 06/12/2018


AUCIONE APARECIDA GOMES GUIMARÃES

Prof. Orientador


THALES LEANDRO DE MOURA

Prof. Avaliador 1


JOSESTER TEIXEIRA DE SOUZA

Prof. Examinador 2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida, fonte de força e de inspiração, a minha família e a todos que contribuíram para conclusão desse trabalho.

Andresa Lopes Botelho

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso, ao meu noivo Marcos Antônio que compreendeu a minha ausência por motivo de compromisso ao meu trabalho.

Aos meus filhos Leonardo e Júlia que são minhas heranças, pois foi através deles e com ajuda do Senhor que me ajudaram a vencer e a concretizar esse trabalho.

Vilma Lopes de Souza

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre presente em minha vida guiando e me fortalecendo ao longo dessa trajetória.

A toda minha família em especial meus pais Ronaldo e Suely, minha irmã Adrielly e ao meu namorado Tiago pelo incentivo, carinho e apoio nessa caminhada.

A professora Aucione Aparecida Barros Guimarães pela orientação e incentivo que foram essenciais para o término desse trabalho.

Agradeço a todos que apoiaram e contribuíram nessa caminhada.

Andresa Lopes Botelho

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por ter me dado força para superar as minhas dificuldades.

Ao meu noivo Marcos Antônio e aos meus filhos Leonardo e Júlia, por toda a dedicação e paciência, que contribuíram diretamente para que eu pudesse ter forças e ânimos durante todos esses anos.

Agradeço à orientadora Aucione, pela paciência e dedicação que desempenhou em ajudar com muito carinho o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a todos por ter me dado às ferramentas que permitiram chegar até ao final desse ciclo de formação.

Vilma Lopes de Souza

“O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia.”

(Robert Collier)

RESUMO

O portal eletrônico pode ser considerado uma ferramenta que contribui para uma efetiva transparência dos governos, disponibilizando aos cidadãos meios de acesso às informações da gestão pública. Esse estudo teve por objetivo analisar se os municípios do estado de Minas Gerais com maiores concentrações populacionais têm aplicado à transparência em seus portais eletrônicos divulgando as informações da gestão pública municipal. Essa pesquisa possui uma abordagem quantitativa, com análise dos portais eletrônicos de prefeituras e câmaras de trinta e quatro municípios do estado de Minas Gerais com população superior a 85 mil habitantes. O instrumento da coleta de dados é composto através do roteiro de pesquisa do *Public Sector Accounting e Governace in Brazil* (PSAGIB USP-RP) e do Índice de transparência da Gestão pública municipal (ITGP-M). A análise dos portais eletrônicos municipais apresenta baixos níveis de transparência, Belo Horizonte sendo o maior município analisado em questão populacional apresentou maior nível de transparência alcançando 40,0 pontos, que em relação à pontuação máxima do ITGP-M 54,0, representa cerca de 74,07%. O município de Ibirité foi o que apresentou menor nível de transparência alcançando 20,0 pontos que em relação à pontuação total do ITGP-M representa 37,03%. A pesquisa revela que as informações públicas municipais são de difícil acesso e compreensão, evidenciando a necessidade de melhorias na gestão de informações por parte dos governos municipais, com a padronização dos portais eletrônicos e o cumprimento da legislação brasileira, os municípios são capazes de promover maior divulgação de informações e melhores níveis de transparência.

PALAVRAS-CHAVE: Transparência, Portais Eletrônicos, Municípios.

ABSTRACT

The electronic portal can be considered a tool that contributes to an effective transparency of the governments, providing to the citizens means of access to the information of the public management. This study aimed to analyze if the municipalities of the state of Minas Gerais with higher population concentrations have applied to the transparency in their electronic portals divulging the information of the municipal public management. This research has a quantitative approach, with analysis of the electronic portals of city halls and chambers of thirty-four municipalities in the state of Minas Gerais with a population of more than 85 thousand inhabitants. The data collection instrument is composed of the Public Sector Accounting and Governance in Brazil (PSAGIB USP-RP) and the Transparency Index of Municipal Public Management (ITGP-M). The analysis of the municipal electronic portals presents low levels of transparency, Belo Horizonte being the largest municipality analyzed in population question presented a greater level of transparency reaching 40.0 points, that in relation to the maximum score of ITGP-M 54,0, represents about 74.07%. The municipality of Ibirité was the one with the lowest level of transparency reaching 20.0 points, which in relation to the ITGP-M total score represents 37.03%. The research reveals that municipal public information is difficult to access and understand, evidencing the need for improvements in information management by municipal governments, with the standardization of electronic portals and compliance with Brazilian legislation, municipalities are able to promote greater dissemination of information and improved levels of transparency.

KEY- WORDS: Transparency, Electronic Portals, Municipalities

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITGP-M - Índice Transparência da Gestão Pública Municipal

LAI - Lei de acesso a Informação

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

E-GOV - Governo Eletrônico

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Amostra da Pesquisa.....	24
Tabela 02 - Modelo de Análise.....	25
Tabela 03 - Categorias de informações.....	27
Tabela 04 - Informações de Transparência Municipal.....	28
Tabela 05 - Ranking ITGP-M.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Transparência na Gestão Pública	15
2.2 <i>Accountability</i>	17
2.3 Tecnologia e Inovação no Governo eletrônico.....	18
2.4 Participação Cidadã na Gestão Pública.....	20
2.5 Estudos sobre a transparência na Gestão Pública	21
3. METODOLOGIA.....	23
3.1 Classificação da Pesquisa.....	23
3.2 Amostra da Pesquisa.....	23
3.3 Coleta de Dados.....	24
4. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Platt Neto, Cruz e Ensslin (2007), através promulgação da Constituição Federal Lei nº 9.755/1998 e Lei nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a administração pública Brasileira passou a ter a obrigação de prestar contas das ações praticadas com os recursos públicos facilitando meios para que os cidadãos fiscalizem e acompanhem as informações da gestão pública.

Segundo Rauup e Pinho (2011), com advento das tecnologias da informação e comunicação os governos públicos têm proporcionado aos cidadãos o acesso às informações e serviços de um modo mais rápido e fácil através dos portais eletrônicos disponibilizados pela internet. Os portais eletrônicos visam disseminar as informações públicas, consolidando meios para o exercício da transparência e o combate à corrupção.

Esse estudo busca analisar se os municípios do estado de Minas Gerais com maiores concentrações populacionais têm aplicado à transparência em seus portais eletrônicos divulgando as informações da gestão pública municipal. Para atingir o objetivo geral desse estudo foram analisados 34 portais eletrônicos de prefeituras e câmaras de municípios do estado de Minas Gerias com população superior a 85 mil habitantes com base a partir do município de Caratinga/MG onde os autores residem e estudam.

O instrumento da coleta de dados é composto através do roteiro de pesquisa do *Public Sector Accounting e Governace in Brazil* (PSAGIB USP-RP) e do Índice de transparência da Gestão pública municipal (ITGP-M).

Para que o objetivo geral deste estudo fosse atingido foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar o nível de transparência dos municípios do estado de Minas Gerais com maiores concentrações populacionais, através do ITGP-M - Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal.
- Atribuir uma pontuação para cada informação disponível nos portais eletrônicos.
- Elaborar um ranking de municípios de acordo com a pontuação obtida.

No decorrer deste trabalho buscou a resposta para a seguinte pergunta: Qual é o nível de transparência apresentado nos portais eletrônicos dos municípios do estado de Minas Gerais que possuem maiores concentrações populacionais? E em

conformidade com problema exposto, a seguinte hipótese foi traçada H1: As prefeituras e câmaras municipais estão sendo transparentes na divulgação das informações em seus portais eletrônicos.

H2: As prefeituras e câmaras municipais estão deixando de ser transparentes na divulgação das informações em seus portais eletrônicos.

Para identificar o nível de transparência dos portais municipais essa pesquisa possui uma abordagem quantitativa, onde foi realizada a coleta de dados e a análise do nível de transparência dos portais eletrônicos dos municípios estudados.

Esse trabalho está estruturado em seis capítulos: incluindo esta introdução. No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico que contempla os temas: Transparência na gestão pública, *Accountability*, Tecnologia e Inovação no Governo eletrônico, Participação Cidadã e os Estudos sobre a transparência na Gestão Pública.

O terceiro capítulo abrange os procedimentos metodológicos utilizados, a amostra da pesquisa e o instrumento de coleta de dados. O quarto capítulo os resultados obtidos da pesquisa, o quinto capítulo traz as considerações finais, as recomendações para futuras pesquisas e as referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transparência na gestão pública

De acordo com Prado (2004), a demanda por transparência tem aumentado nos últimos anos, o crescente avanço dos sistemas de informação e comunicação tem modernizado a administração pública facilitando a prestação de contas e o acesso às informações dos governos públicos.

Para Platt Neto, Cruz e Vieira (2004), no Brasil as iniciativas de transparência surgiram com constituição da Lei nº 9.755/1998 e Lei Complementar nº 101/2000 conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas leis estabelecem normas voltadas à transparência e a divulgação de informações dos gastos públicos da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios facilitando a fiscalização por parte da sociedade.

Pereira (2005), explica que as práticas de transparência que vem sendo implantadas no setor público brasileiro são fundamentais para promover melhorias no cenário político, combatendo a corrupção que é um grave problema enfrentado pelo país.

Segundo Santana Júnior (2008), todos os cidadãos têm o direito de cobrar a transparência dos recursos públicos para verificar se os mesmos estão sendo aplicados de forma eficaz. Esses recursos são oriundos dos próprios cidadãos que colaboram com a administração pública por meio de pagamentos de taxas, impostos e contribuições de melhorias.

Meijer (2009), afirma que transparência pública é a forma mais eficiente de melhorar o desempenho dos governos, com os avanços da tecnologia da informação a chamada transparência moderna vem combatendo a corrupção, induzindo os gestores públicos a agir de forma mais responsável, maximizando a confiança com toda a sociedade.

Na visão de Cruz, Silva e Santos (2009), a transparência pública vai além do princípio de publicidade, é preciso que as informações disponibilizadas nos portais eletrônicos sejam de fácil acesso e que seu conteúdo expressem verdadeiramente o sentido da transparência e a concretização do conceito *accountability*.

Michener e Bersch (2011), em seus estudos sobre a qualidade da transparência destacam que as informações públicas devem ser sempre visíveis,

completas e que possibilite a inferência de seu conteúdo. Para os autores essas condições são necessárias para que um sistema seja verdadeiramente transparente, objetivo e de fácil compreensão a todos seus usuários.

Mcgee e Gaventa (2011), consideram que os impactos sociais provocados pela transparência e *accountability* nos governos públicos provocou avanços significativos nos processos de democratização e participação dos cidadãos, incentivando o aumento da responsabilidade e melhoria dos serviços públicos.

Bezerra, Borges e Valmorbida (2012), afirmam que a transparência e a prestação de contas são os atributos necessários para o exercício social, devendo ser aplicada em toda a esfera dos governos públicos, pois permite aproximar a sociedade e também melhorar a atuação dos programas governamentais.

Angélico (2012), alega que a transparência pública está diretamente relacionada ao conceito de *accountability*, quando um método de prestação de contas é eficaz ele proporciona uma forma de conhecer melhor tudo que se passa dentro das organizações públicas, possibilitando a inferência correta sobre a destinação dos recursos públicos.

A Controladoria Geral da União (2013), alega que nos últimos anos diversos desafios foram enfrentados para a consolidação do acesso a informação pública no Brasil, visando mais efetividade nos governos surgiu a Lei Complementar nº 131/2009 conhecida como Lei de Transparência que acrescentou dispositivo a Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que as contas públicas passem a ser divulgadas através da internet em tempo real.

Raupp (2014), diz que com a implementação de diversas leis no sistema público brasileiro, a transparência constitui dever dos gestores públicos e direito dos cidadãos. Esse direito surgiu com a implantação da Lei nº 12.527/2011 conhecida como LAI - Lei de Acesso as Informações Públicas, que estabeleceu o direito a qualquer pessoa física ou jurídica possuir informações das ações referentes à administração pública.

Andrade (2014), reconhece que a LAI através do art. 8º determina a divulgação de informações de relatórios contábeis, editais de processos licitatórios, contratos, telefones, endereços e informações referentes a programas, projetos, obras públicas etc., nos portais eletrônicos públicos em livre acesso e sem limitações de uso, para que a sociedade acompanhe todas as ações da gestão pública.

Andrade, Rauup e Pinho (2017), alegam que através LAI os gestores públicos também têm obrigação legal de divulgar as informações públicas, sendo aplicáveis sanções através nos art. 32, 33 e 34, nos casos de violação e sigilo dessas informações. Os autores afirmam que ainda há ausência da divulgação da LAI na sociedade, ela é importante para que os cidadãos possam participar e interagir na gestão pública reforçando as exigências do *accountability*.

2.2 Accountability

Segundo Abrucio e Loureiro (2004), durante os processos modernização do Estado o termo *accountability* ficou mais conhecido no Brasil, esses avanços provocados na administração pública referem-se à ideia de que o *accountability* tem o intuito de garantir a prestação de contas e melhorar os desempenhos dos governos.

Pinho e Sacramento (2009), em seus estudos buscou compreender o conceito de *accountability* no cenário brasileiro. A *accountability* surgiu para tornar a gestão pública mais controlada pela sociedade e também mais eficiente, para os autores esse termo de origem inglesa está relacionado com a adoção de práticas de transparência, prestação de contas e responsabilidade social.

De acordo com Agostineto e Raupp (2010), a transparência dos governos públicos deve ser vista como um meio de incentivo a participação cidadã. Com os avanços dos governos eletrônicos e o fácil acesso às informações públicas a adoção de práticas de *accountability* passou a ser exigido mais pelos cidadãos, e é através da prestação de contas que toda a sociedade é capaz de acompanhar o desempenho da administração pública.

Xavier (2011), declara que todo tipo de poder deve ser controlado, a *accountability*, portanto, requer a responsabilização dos agentes públicos em agir de modo aceitável por toda a sociedade, sobretudo para impedir irregularidades ou ações indesejáveis praticadas pelo poder público. Por esse motivo a prática de *accountability* demonstra ser fundamental dentro das relações políticas e sociais.

Conforme Rocha (2011), o alcance da efetiva *accountability* na administração pública brasileira é vista como meio de reforçar a democracia e a responsabilidade dos gestores públicos em atingir plenamente a transparência e participação dos cidadãos nas decisões governamentais.

Filgueiras (2011), alega que com o aperfeiçoamento das práticas de *accountability* é possível combater o déficit de informações existentes entre administração pública e a sociedade, através dos avanços dos meios tecnológicos os governos são capazes de favorecer uma política de transparência e de publicidade.

Schommer, Nunes e Moraes (2012), afirmam que a *accountability* na administração pública auxilia no combate a corrupção e na construção do bem social, permitindo meios para que todos os cidadãos exerçam seu direito de acessar e acompanhar as informações relacionadas à sua gestão.

Rauup e Pinho (2013), atestam que os projetos tecnológicos adotados dentro da gestão pública através dos governos eletrônicos, quando construindo em prol dos objetivos de transparência podem colaborar para formação contínua do *accountability*, colaborando principalmente para produzir incentivos ao controle social.

Pereira, Silva e Araújo (2014), dizem que desde o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal houve um aumento das práticas de *accountability* no Brasil, levando novos padrões e exigências a administração pública. Nesse processo de mudanças a transparência ganhou mais valor, a Constituição Federal passou a assegurar mais eficiência na gestão pública incentivando a *accountability*, o acesso aos portais eletrônicos e a participação popular.

2.3 Tecnologia e Inovação no Governo eletrônico

Medeiros e Guimarães (2006), reconhecem que a utilização da tecnologia da informação e comunicação permitiu à institucionalização do governo eletrônico no Brasil. O acesso às informações e serviços governamentais por meio da internet proporcionou o vínculo de aproximação entre os cidadãos e a gestão pública.

Para Braga, Alves, Figueiredo e Santos (2008), o surgimento do governo eletrônico contribuiu efetivamente para os avanços da inclusão digital, a transparência e o fortalecimento da governança no setor público. A participação social exige maior eficiência dos serviços públicos, segurança das informações e o combate à corrupção.

De acordo com Diniz, Barbosa, Junqueira e Prado (2009), a implementação do governo eletrônico (E-Gov), é considerado um elemento modernizador da

administração pública, a facilidade de acesso à internet proporcionou a evolução das informações e serviços públicos disponíveis atualmente em sites eletrônicos dos estados brasileiros.

Na visão de Vieira e Santos (2010), esses avanços tecnológicos contribuíram efetivamente para alavancar melhorias nos processos de gestão dos governos públicos, introduzindo mais transparência e agilidade nos canais de informações e serviços permitindo o livre acesso e participação de todos os cidadãos.

Laia, Cunha, Nogueira e Mazzon (2011), mostram que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), impulsionou o crescimento dos serviços eletrônicos no país, construindo um novo padrão de gestão e de relacionamento entre a administração pública e a sociedade.

Neves (2013), declara que o governo eletrônico se tornou instrumento de fortalecimento para a construção de um governo aberto no Brasil. O governo aberto tem o objetivo de promover a prestação de contas, utilizando a tecnologia e a inovação como meio para disseminar as informações dos governos públicos, fomentando a participação social.

Andrade (2014), afirma que é importante destacar que os impactos da TICs proporcionam aos governos públicos formas mais modernas de interação com a sociedade, os portais eletrônicos quando bem estruturados sobre uma boa gestão colaboram para a praticidade no acesso as informações e serviços públicos em meio online, assegurando o direito previsto através da Lei de acesso às informações públicas.

Conforme Barbosa (2014), a utilização das TICs no setor público fomentou a construção dos governos eletrônicos. Para os autores cabe à administração pública brasileira proporcionar através da internet a acessibilidade das informações e serviços aos cidadãos, propiciando facilidade e compreensão no uso dessa ferramenta eletrônica.

Wiedenhof, Luciano e Magnagnagno (2017), alegam que a utilização da tecnologia na administração pública tem sido fundamental para o aperfeiçoamento dos mecanismos e desempenho dos governos públicos no exercício da transparência e na comunicação com os cidadãos.

2.4 Participação Cidadã na Gestão Pública

Segundo Justice, Melitski e Smith (2006), a efetiva participação cidadã nos governos públicos deve colaborar para um governo mais democrático e transparente. O acesso às informações públicas através dos governos eletrônicos possibilitou que cidadãos fiscalizem os recursos públicos envolvendo mais responsabilidade aos gestores.

Para Albuquerque, Andrade, Monteiro e Ribeiro (2007), o principal meio de impedir a assimetria informacional na relação entre o estado e a sociedade é através da prestação de contas. Entretanto para alcance de uma relação mais clara e transparente é importante que os cidadãos acompanhem as ações praticadas pela administração pública.

Na visão de Cruz e Ferreira (2008), para que ocorram iniciativas de participação social, é necessário que os gestores públicos proporcionem meio de acompanhamento das informações públicas de forma clara e acessível a toda sociedade. Os cidadãos também tem sua colaboração nesse processo, quanto mais interesse em fiscalizar as ações públicas haverá mais exigências por transparência e prestação de contas.

De acordo com Raupp e Pinho (2011), para que a participação dos cidadãos na gestão pública ocorra de forma eficaz os gestores públicos devem prezar sempre pela eficiência e qualidade das informações e serviços ofertados em seus portais eletrônicos, pois a falta de informações é um fator que desestimula a participação social.

Zuccolotto e Teixeira (2015), dizem que a participação social e os mecanismos de transparência contribuem para desenvolvimento da democracia dos estados brasileiros. Os índices de transparência apresentam-se melhor nos estados em que ocorre mais participação dos cidadãos na busca por informações da administração pública.

Martins e Bermejo (2018), analisaram a influência da participação dos cidadãos nas decisões dos governos públicos. Os autores afirmam que a participação social é importante no processo de solução das questões públicas, com a facilidade dos meios de comunicação online os cidadãos conseguem expor ideias, exigindo e acompanhando mais os governos públicos.

Braga e Gomes (2018), admitem que a participação cidadã se faz necessária para elevar o nível de responsabilização e transparência dos governos públicos. O governo eletrônico tem facilitado o desempenho da gestão pública aprimorando e facilitando as relações com a sociedade.

2.5 Estudos sobre a transparência na gestão pública

Nos últimos anos têm sido realizados diversos estudos com objetivo de analisar a transparência na gestão pública. A seguir são apresentados alguns estudos.

Akutsu e Pinho (2002), analisaram as mudanças culturais e patrimonialistas da sociedade brasileira em fator dos avanços da tecnologia da informação. Os autores concluíram que a internet vem sendo utilizada pelos gestores públicos como meio fomentar o desenvolvimento e a transparência pública dos governos, Municipais, Estaduais e Federais, permitindo assim a formação de uma sociedade democrática e mais participativa.

Lock (2003), avaliou a transparência pública em meios eletrônicos de acordo as atribuições da Lei nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em municípios do interior e em capitais do Brasil. Conforme resultados obtidos a maior parte das prefeituras não cumprem a legislação prevista e impossibilitam o acesso as informações socioeconômicas dos municípios, o que deveriam ser disponibilizados ao alcance de todos por meio da internet.

Styles e Tennyson (2007), investigaram a acessibilidade do governo eletrônico de uma amostra de 300 municípios norte-americanos. Os resultados indicam que a acessibilidade de relatórios financeiros fornecidos por sites na internet é mais propenso em municípios mais populosos e desenvolvidos, e que possuem maior renda per capita e maiores níveis de evidenciação de informações contábeis.

Pinho (2008), a partir da análise dos governos eletrônicos estaduais do Brasil, afirma que os portais eletrônicos são capacitados em grandes condições de recursos tecnológicos, mas seu desenvolvimento depende das mudanças políticas de toda a sociedade brasileira, do incentivo a participação social e do aperfeiçoamento de sua gestão.

Paiva e Zuccolotto (2009), analisaram o índice de transparência fiscal da gestão pública através de sites eletrônicos de municípios do estado de Minas Gerais.

De acordo com os autores a pesquisa evidenciou baixos índices de transparência devido à falta de informações da gestão pública na internet, o que na opinião dos autores requer mais responsabilidade dos agentes públicos em desenvolver mecanismos para permitir a divulgação de informações e também o controle social.

Cruz, Ferreira, Silva e Macedo (2012), realizaram um estudo através dos portais eletrônicos de municípios mais populosos do Brasil através do Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal- (ITGP-M). Os resultados obtidos pelos autores apresentam baixo nível de transparência e as condições socioeconômicas dos municípios tem influência sobre o nível de transparência das informações disponibilizadas por meio dos portais eletrônicos.

Damian e Merlo (2013), buscaram avaliar o governo eletrônico brasileiro sob a ótica de seus usuários. Os autores identificaram que os portais eletrônicos têm carência e necessitam de mais eficiência, segurança e disponibilidade de serviços para estimular seus usuários a acompanhar o desenvolvimento e as ações da gestão pública.

Analisando as causas da transparência fiscal nos estados brasileiros Zuccolotto e Teixeira (2014), alegam que os estados que possuem melhores condições socioeconômicas e fiscais evidenciam maiores níveis de transparência , pois possuem melhores condições de desenvolver sistemas de informações eficientes que contribuem para combate da corrupção e para o fiscalização de toda sociedade.

Andrade, Raupp, e Pinho (2017), investigaram a transparência das informações divulgadas nos portais de câmaras de municípios brasileiros com população superior a duzentos mil habitantes. Os autores concluíram que os portais eletrônicos não atendem as exigências legais, o que indica que os avanços para a *accountability* caminham lentos no Brasil.

3. METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

No que se refere aos procedimentos metodológicos esse estudo utiliza o método de pesquisa bibliográfica que consiste no levantamento de referências teóricas constituídas por livros e artigos científicos.

Segundo Lima e Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico necessário para a construção do conhecimento científico, tem por objetivo reunir as informações para auxiliar na interpretação do estudo e nos procedimentos e análise dos dados obtidos através da pesquisa.

Em relação ao método de abordagem, essa pesquisa se classifica como quantitativa, pois consiste na análise de dados para mensurar o nível de transparência dos portais eletrônicos municipais.

De acordo com Raupp e Beuren (2006) a pesquisa quantitativa é aquela caracteriza pela aplicação de métodos estatísticos, quanto na coleta e análise de dados garantindo resultados mais precisos determinantes do objeto em estudo.

3.2 Amostra da Pesquisa

Esse estudo investiga os portais eletrônicos das prefeituras e câmaras de 34 municípios do Estado de Minas Gerais com população superior a 85 mil habitantes, com base a partir do município de Caratinga/MG onde os autores residem e estudam, os dados foram obtidos de acordo com último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010).

Os municípios, portes populacionais e endereços eletrônicos das prefeituras e câmaras municipais são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Amostra da Pesquisa

Nº	Municípios	População	Portais Eletrônicos das Prefeituras Municipais	Portais Eletrônicos das Câmaras Municipais
1	Belo Horizonte	2.375.151	www.prefeitura.pbh.gov.br	www.cmbh.mg.gov.br
2	Uberlândia	604.013	www.uberlandia.mg.gov.br	www.camarauberlandia.mg.gov.br
3	Contagem	603.442	www.contagem.mg.gov.br	www.cmc.mg.gov.br
4	Juiz de Fora	516.247	www.pjf.mg.gov.br	www.camarajf.mg.gov.br
5	Betim	378.089	www.betim.mg.gov.br	www.camarabetim.mg.gov.br
6	Montes Claros	361.915	www.montesclaros.mg.gov.br	www.cmmoc.mg.gov.br
7	Ribeirão das Neves	296.317	www.ribeiraodasneves.mg.gov.br	www.cmrn.mg.gov.br
8	Uberaba	295.988	www.uberaba.mg.gov.br	www.camarauberaba.mg.gov.br
9	Governador Valadares	263.689	www.valadares.mg.gov.br	www.camaragv.mg.gov.br
10	Ipatinga	239.468	www.ipatinga.mg.gov.br	www.camaraipatinga.mg.gov.br
11	Sete Lagoas	214.152	www.setelagoas.mg.gov.br	www.camarasete.mg.gov.br
12	Divinópolis	213.016	www.divinopolis.mg.gov.br	www.divinopolis.mg.leg.br
13	Santa Luzia	202.942	www.santaluzia.mg.gov.br	www.cmsantaluzia.mg.gov.br
14	Ibirité	158.954	www.ibirite.mg.gov.br	www.camaraibirite.mg.gov.br
15	Poços de Caldas	152.435	www.pocosdecaldas.mg.gov.br	www.pocosdecaldas.mg.leg.br
16	Patos de Minas	138.710	www.patosdeminas.mg.gov.br	www.camarapatos.mg.gov.br
17	Teófilo Otoni	134.745	www.teofilootoni.mg.gov.br	www.teofilootoni.mg.leg.br
18	Pouso Alegre	130.615	www.pousoalegre.mg.gov.br	www.cmpa.mg.gov.br
19	Barbacena	126.284	www.barbacena.mg.gov.br	www.camarabarbacena.mg.gov.br
20	Sabará	126.269	www.site.sabara.mg.gov.br	www.camarasabara.mg.gov.br
21	Varginha	123.081	www.varginha.mg.gov.br	www.camaravarginha.mg.gov.br
22	Conselheiro Lafaiete	116.512	www.conselheirolafaiete.mg.gov.br	www.camaraconselheirolafaiete.mg.gov.br
23	Araguari	109.801	www.araguari.mg.gov.br	www.araguari.mg.leg.br
24	Itabira	109.783	www.itabira.mg.gov.br	www.itabira.cam.mg.gov.br
25	Passos	106.290	www.passos.mg.gov.br	www.camarapassos.mg.gov.br
26	Vespasiano	104.527	www.vespasiano.mg.gov.br	www.camaravespasiano.mg.gov.br
27	Coronel Fabriciano	103.694	www.fabriciano.mg.gov.br	www.camarafabriciano.mg.gov.br
28	Ubá	101.519	www.uba.mg.gov.br	www.uba.mg.leg.br
29	Muriae	100.765	www.muriae.mg.gov.br	www.camaramuriae.mg.gov.br
30	Ituiutaba	97.171	www.ituiutaba.mg.gov.br	www.ituiutaba.mg.leg.br
31	Araxá	93.672	www.araxa.mg.gov.br	www.araxa.mg.leg.br
32	Lavras	92.200	www.pml.lavras.mg.gov.br	www.lavras.mg.leg.br
33	Itaúna	85.463	www.itauna.mg.gov.br	www.cmitauna.mg.gov.br
34	Caratinga	85.239	www.caratinga.mg.gov.br	www.cmcatinga.mg.gov.br
	População Total	8.962.158		

Fonte: Elaborado pelos autores

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada inicialmente com levantamento dos portais eletrônicos das prefeituras e câmaras municipais. Para a identificação dos endereços eletrônicos dos respectivos portais foi utilizada a busca no site Google (www.google.com.br) adotando a expressão “Prefeitura e Câmara Municipal” (acrescentado o nome dos municípios).

Para identificar o nível de transparência pública dos portais eletrônicos municipais utiliza-se o critério de avaliação desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa *Public Sector Accounting e Governace in Brazil* (PSAGIB USP-RP) que estabelece através de um roteiro de pesquisa as informações necessárias que deverão conter nos portais municipais. Apresentado de acordo com a tabela 2.

Tabela 2: Modelo de Análise

NOME DO MUNICÍPIO
INFORMAÇÕES SOBRE A CORPORAÇÃO MUNICIPAL
Biografia do prefeito e dos vereadores
E-mails do prefeito e dos vereadores
Agenda do prefeito
Relação de postos de trabalho
Inventário de bens e direitos
Atas da Câmara Legislativa
Vídeos de sessões
Código de Ética
RELAÇÕES COM O CIDADÃO E A SOCIEDADE
Sítio eletrônico padrão na web
Ferramentas de busca
Mapa do site
Perguntas publicadas
Horários e e-mails para atendimento
Participação da sociedade em Conselhos
Possibilidade de sugestão da sociedade
Publicação de resultados de pesquisas
TRANSPARÊNCIA ECONÔMICO- FINANCEIRA
Publicação do Plano Plurianual
Publicação da LDO
Publicação da LOA
Publicação de orçamento por setor
Receita por habitante
Despesa por habitante
Investimento por habitante
Dívida pública ano a ano
TRANSPARÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES E CUSTOS DOS SERVIÇOS
Editais de licitação
Atas de licitações
Lista de gastos com fornecedores e contratados

Custos de financiamentos com as taxas de juros
TRANSPARÊNCIA EM URBANISMO, OBRAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE
Plano Urbano publicado
Políticas de meio ambiente publicadas
Estudos de impacto ambiental, paisagístico e de riscos ambientais publicados
Alterações nos planos urbanos publicadas
Informações precisas de convênios urbanísticos
Informações sobre usos e destinos do solo
Informação de normas vigentes de gestão urbanística
Publicação de empresas que concorreram em licitações
Publicação de empresas que realizaram as obras mais importantes
Informação sobre obras mais importantes em curso
Informações de obras realizadas, aprovadas e pendente
Investimento em infraestrutura por habitante
INDICADORES DE LEI DE TRANSPARÊNCIA
Organograma atualizado
Divulgação de relatórios de assessoramento jurídico
Informações de contratos formalizados com detalhes e valores
Publicação de alterações em contratos formalizados
Publicação de contratos de menor valor
Publicação de percentual de contratos firmados em comparação com o orçamento
Publicação de convênios firmados com os dados das partes
Publicação de subvenções concedidas com valores e beneficiários
Publicação de salários recebidos por altos cargos
Publicação da relação de imóveis próprios e arrendados
Publicação de relatórios de auditoria de contas
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Relatório de Gestão Fiscal
Receita Corrente Líquida
Fonte: Grupo de Pesquisa <i>Public Sector Accounting e Governace in Brazil</i> (PSAGIB USP-RP)

Os portais eletrônicos analisados receberam as seguintes classificações: Pontuação 0,0 para os portais que não apresentou informações; Pontuação 0,5 para portais que apresentou parcialmente as informações; Pontuação 1,0 para os portais que apresentou totalmente as informações.

A coleta de dados foi desempenhada de acordo com seis categorias de informações descritas na tabela 3.

Tabela 3: Categorias de informações

Código	Categorias de Informações	Quantidade de itens	Objetivos da divulgação
T1	Informações sobre a corporação municipal	8 itens	Prover aos cidadãos o acesso às informações sobre os cargos que compõe a estrutura municipal.
T2	Relações com o cidadão e a sociedade	8 itens	Prover aos cidadãos o acesso a ferramentas de serviços online e permitir a interação pública nos portais.
T3	Transparência econômico-financeira	8 itens	Prover aos cidadãos o acesso à situação econômico-financeira dos municípios.
T4	Transparência nas contratações e custos dos serviços	4 itens	Prover aos cidadãos o acesso aos gastos com contratação de serviços e licitações.
T5	Transparência em urbanismo, obras públicas e de meio ambiente	12 itens	Prover aos cidadãos o acesso a informações sobre os serviços urbanos e ambientais prestados no município.
T6	Indicadores de lei de transparência	14 itens	Prover aos cidadãos o acesso a informações de todos os contratos, convênios, salários, e relatórios da gestão municipal.

Fonte: Adaptado ao ITGP-M

Será aplicado nesse estudo o método de pesquisa adaptado ao modelo de análise desenvolvido por Cruz, Ferreira, Silva e Macedo (2012), que estabelece o Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M) que avalia a transparência em meio eletrônico. Dessa forma o Índice de Transparência Pública Municipal pode ser apresentado na seguinte expressão:

$$\text{ITGP-M} = \Sigma \text{T1} + \Sigma \text{T2} + \Sigma \text{T3} + \Sigma \text{T4} + \Sigma \text{T5} + \Sigma \text{T6}$$

Onde:

ITGP-M = Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal

T1= Informações sobre a corporação municipal

T2= Relações com o cidadão e a sociedade

T3= Transparência econômico- financeira

T4= Transparência nas contratações e custos dos serviços

T5= Transparência em urbanismo, obras públicas e de meio ambiente

T6= Indicadores de lei de transparência

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Tabela 4: Informações de Transparência Municipal

Municípios		T1	T2	T3	T4	T5	T6	ITGP-M
		Informações sobre a corporação municipal	Relações com o cidadão e a sociedade	Transparência econômico-financeira	Transparência nas contratações e custos dos serviços	Transparência em urbanismo, obras públicas e meio ambiente	Indicadores de Lei de transparência	
		8	8	8	4	12	14	54
1	Belo Horizonte	6,0	7,0	5,0	4,0	10,0	8,0	40,0
2	Uberlândia	3,0	7,0	4,0	4,0	10,0	9,0	37,0
3	Contagem	4,0	7,0	5,0	3,0	9,0	9,0	37,0
4	Juiz de Fora	4,0	5,0	5,0	3,0	8,0	6,0	31,0
5	Betim	5,0	5,0	5,0	2,0	8,0	8,0	33,0
6	Montes Claros	2,5	5,0	5,0	3,0	6,0	7,0	28,5
7	Ribeirão das Neves	3,0	6,0	5,0	3,0	6,0	7,0	30,0
8	Uberaba	5,0	7,0	5,0	2,0	8,0	6,0	33,0
9	Governador	5,5	7,0	5,0	4,0	8,0	8,0	37,5
10	Ipatinga	4,0	7,0	5,0	3,0	6,0	9,0	34,0
11	Sete Lagoas	3,0	5,0	3,0	2,0	6,0	8,0	27,0
12	Divinópolis	4,5	7,0	4,0	3,0	6,0	8,0	32,5
13	Santa Luzia	4,0	6,0	4,0	3,0	9,0	8,0	34,0
14	Ibirité	3,0	6,0	0,0	2,0	5,0	4,0	20,0
15	Poços de Caldas	4,5	7,0	5,0	3,0	7,0	8,0	34,5
16	Patos de Minas	3,0	7,0	4,0	2,0	9,0	6,0	31,0
17	Teófilo Otoni	2,5	5,0	0,0	2,0	5,0	7,5	22,0
18	Pouso Alegre	5,0	5,0	4,0	2,0	6,5	7,0	29,5
19	Barbacena	3,5	6,0	4,0	1,0	3,5	7,0	25,0
20	Sabará	3,5	5,0	0,0	3,0	8,0	7,0	26,5
21	Varginha	4,0	6,0	3,0	1,0	4,0	6,0	24,0
22	Conselheiro Lafaiete	4,5	6,0	3,0	2,0	4,5	5,0	25,0
23	Araquari	5,5	6,0	3,0	2,0	5,5	7,0	29,0
24	Itabira	5,0	6,0	3,0	3,0	8,0	8,0	33,0
25	Passos	2,5	6,0	3,0	3,0	4,5	8,0	27,0
26	Vespasiano	3,5	6,0	3,0	2,0	4,0	8,0	26,5
27	Coronel Fabriciano	3,0	7,0	3,0	2,0	8,0	7,0	30,0

28	Ubá	3,5	5,0	3,0	2,5	5,5	7,0	26,5
29	Muriaé	4,0	7,0	4,0	1,0	6,0	8,0	30,0
30	Ituiutaba	4,0	5,0	1,0	1,0	4,0	8,0	23,0
31	Araxá	3,0	2,0	4,0	2,0	5,0	6,0	22,0
32	Lavras	3,0	7,0	3,0	2,0	5,0	9,0	29,0
33	Itaúna	2,5	6,0	3,0	2,0	6,0	8,0	27,5
34	Caratinga	3,5	6,0	3,0	2,0	4,0	6,0	24,5

Fonte: Elaborado pelos autores

Buscando identificar o nível de transparência da gestão pública municipal essa pesquisa é composta pela análise de 34 portais eletrônicos de municípios do estado de Minas Gerais com população superior a 85 mil habitantes com base a partir da cidade de Caratinga/MG onde os autores residem e estudam.

O instrumento da coleta de dados é composto através do roteiro de pesquisa do *Public Sector Accounting e Governace in Brazil* (PSAGIB USP-RP) e do Índice de transparência da Gestão pública municipal (ITGP-M) organizado em seis categorias, como apresentado na metodologia.

Verifica-se com base na tabela 4 que a categoria T1 “Informações sobre a corporação municipal” avaliada com pontuação máxima de 8,0 não foi alcançada por nenhum município, a cidade de Belo Horizonte obteve 6,0 pontos e os municípios de Montes Claros, Teófilo Otoni, Passos e Itaúna obteve a menor pontuação sendo 2,5.

Em relação à categoria T2 “Relações com o cidadão e a sociedade” avaliada com pontuação total de 8,0, tendo os municípios de Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Divinópolis, Poços de Caldas, Patos de Minas, Coronel Fabriciano, Muriaé, Lavras e Uberaba alcançado a pontuação 7,0 e o município de Araxá tendo a menor pontuação sendo 2,0.

Na categoria T3 “Transparência econômico-financeira” avaliada em pontuação total de 8,0, o município de Belo Horizonte obteve a maior pontuação 5,0 e os municípios de Ibirité, Teófilo Otoni e Sabará não demonstraram nenhuma informação desse item em seus portais eletrônicos obtendo a pontuação de 0,0.

A categoria T4 “Transparência nas contratações e custos de serviços” avaliada em 4,0 pontos foi alcançada por três municípios, Belo Horizonte, Uberlândia e Governador Valadares, já os municípios de Barbacena, Varginha, Muriaé e Ituiutaba obteve menor pontuação 1,0.

Na categoria T5 “Transparência em urbanismo, obras públicas e meio ambiente” observou-se que a pontuação máxima possível 12,0 não foi alcançada por nenhum município, Belo Horizonte e Uberlândia obteve 10,0 pontos e o município de Barbacena com a menor pontuação sendo 3,5.

Na categoria T6 “Indicadores de lei de transparência” avaliada com pontuação total de 14,0, os municípios de Uberlândia, Contagem, Ipatinga e Lavras alcançou pontuação máxima de 9,0 e Ibirité obteve a menor pontuação 4,0.

A pontuação máxima total obtida através ITGP-M é de 54,0, observou-se que somente o município de Belo Horizonte alcançou 40,0 pontos, e o município de Ibirité com a menor pontuação sendo 20,0.

Na tabela 5 apresenta-se o ranking dos municípios de acordo com a pontuação obtida através do ITGP-M.

Tabela 5: Ranking ITGP-M

MUNICÍPIOS		ITGP-M
1	Belo Horizonte	40,0
2	Governador Valadares	37,5
3	Contagem	37,0
4	Uberlândia	37,0
5	Poços de Caldas	34,5
6	Ipatinga	34,0
7	Santa Luzia	34,0
8	Betim	33,0
9	Itabira	33,0
10	Uberaba	33,0
11	Divinópolis	32,5
12	Juiz de Fora	31,0
13	Patos de Minas	31,0
14	Coronel Fabriciano	30,0
15	Muriaé	30,0
16	Ribeirão das Neves	30,0
17	Pouso Alegre	29,5
18	Araguari	29,0
19	Lavras	29,0
20	Montes Claros	28,5
21	Itaúna	27,5
22	Passos	27,0
23	Sete Lagoas	27,0
24	Ubá	26,5
25	Vespasiano	26,5
26	Sabará	26,5
27	Barbacena	25,0
28	Conselheiro Lafaiete	25,0
29	Caratinga	24,5
30	Varginha	24,0
31	Ituiutaba	23,0
32	Araxá	22,0
33	Teófilo Otoni	22,0
34	Ibirité	20,0

Fonte: Elaborado pelos autores

Identifica-se através desse estudo que falta de padronização nos modelos de portais eletrônicos dificulta o acesso e a localização das informações e serviços públicos. Os municípios não expressam de forma clara e compreensível seu conteúdo nos portais eletrônicos, indicando baixos níveis de transparência na gestão pública municipal.

A ausência de divulgações das informações públicas demonstra que os governos municipais não estão se adequando totalmente as exigências da Lei de acesso às informações públicas nº 12.527/2011, que regulamenta que todos os dados e informações referentes aos recursos públicos devem ser disponibilizados em meio eletrônico, em tempo real, de forma compreensível a todos os cidadãos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transparência pode ser considerada um instrumento fundamental para uma gestão pública mais eficaz e responsável com os cidadãos, a divulgação das informações dos governos públicos se torna condição essencial para prática da transparência e para a realização do *accountability* na sociedade. Com os avanços da TICs e com as exigências da legislação brasileira o acesso às informações e o controle dos recursos públicos tornou-se mais acessível por meio dos portais eletrônicos.

Esse estudo buscou resolver o seguinte problema: Qual é o nível de transparência apresentado nos portais eletrônicos dos municípios do estado de Minas Gerais que possuem maiores concentrações populacionais?

Com a análise realizada nos portais dos 34 municípios do estado de Minas Gerais com população superior a oitenta e cinco mil habitantes verificou-se que das seis categorias de informações composta pelo ITGP-M o município de Belo Horizonte alcançou 40,0 pontos sendo o maior município analisado em questão populacional e que apresentou maior nível de transparência em relação à pontuação máxima que é 54,0, representando cerca de 74,07%.

Dentro do ranking do ITGP-M notou-se que o município de Ibitiré apresentou menor nível de transparência alcançando 20,0 pontos que em relação à pontuação total representa 37,03%, mas em relação aos municípios analisados e com o município que apresentou melhor nível de transparência ficou em 50,0 %.

Por se tratar dos maiores municípios do estado de Minas Gerais em termos populacionais essa amostra da pesquisa apresenta baixos níveis de transparência nos portais eletrônicos.

A pesquisa revela que informações públicas municipais são de difícil acesso e compreensão, e evidência à necessidade de melhorias na gestão de informações por parte dos governos municipais, com a padronização dos portais eletrônicos e o cumprimento da legislação brasileira os municípios são capazes de promover maior divulgação de informações e melhores níveis de transparência.

Conclui-se a confirmação da hipótese que as prefeituras e câmaras municipais estão deixando de ser transparentes na divulgação das informações em seus portais eletrônicos. Sugere-se para novas pesquisas avaliar a transparência pública em portais eletrônicos aplicando a mesma metodologia em outros municípios e em um número maior de amostra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças Públicas, Democracia e accountability**. In ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2004. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper12.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

AGOSTINETO, Raquel; RAUPP, Fabiano Maury. **Prestação de contas por meio eletrônico: um estudo em câmaras municipais da Grande Florianópolis/SC**. Revista Universa Contábil, Blumenau, v. 6, n. 3, p. 64-79, jul./set., 2010. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1459>>. Acesso em: 14 de agosto de 2018.

ANDRADE, Rodrigo Godin, **Transparência de Câmaras municipais dos maiores municípios brasileiros por meio de portais eletrônicos: Um estudo a luz da Lei de Acesso as Informações Públicas 2014**. Dissertação (mestrado) Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Programa de Pós Graduação em Administração, Florianópolis 2014. Disponível em: <<tede.udesc.br/bitstream/tede/350/1/119216.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2018.

ANDRADE, R. G. de, RAUPP, M. F., & PINHO, J. A. G. (2017). **Em Busca Da Transparência Ativa Em Câmaras : Uma investigação nos maiores municípios brasileiros**. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 10(1), 3–20. Disponível em: <<http://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/download/253/173>>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

ALBUQUERQUE, J. H. M. *et al.* **Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a accountability e a relação Estado-sociedade**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos72007/660.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2018.

AKUTSU, L; PINHO, J.A, G. **Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil**. Revista de Administração Pública, vol. 36 (5), p. 723-745, set./out. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6461>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

ANGÉLICO, F. **Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no Brasil**. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9905>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2018.

BARBOSA, A. F. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <<https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-tic-governo-eletronico-2013/>>. Acesso em: 19

de maio de 2018.

BEZERRA, R. O.; BORGES, L. J.; VALMORBIDA, S. M. I. **Análise das prestações de contas na internet da universidade do estado de Santa Catarina.** Revista GUAL, Florianópolis, v. 5, n. 1, pp. 66-82, jan./abr. 2012. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n1p66>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

BRAGA, Lamartine Vieira, GOMES, Ricardo Corrêa. **Participação eletrônica, efetividade governamental e accountability.** Revista do Serviço Público, Brasília, v. 69 (1), p. 111-144, jan/mar 2018. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1017>>. Acesso em: 26 de abril de 2018.

BRAGA, ALVES, FIGUEIREDO E SANTOS, **O papel do governo eletrônico no fortalecimento da governança do setor público.** Revista do Serviço Público, Brasília, DF, ano 59, n.1, p.5-21, jan./mar. 2008. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/137>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

BRASIL. Lei Complementar Federal n.º 101 de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2018.

BRASIL. Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009. **Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2018.

BRASIL. Lei n.º 9.755, de 16 de dezembro de 1998. **Dispõe sobre a criação de “homepage” na “Internet”, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9755.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2018.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU. **Brasil Transparente - Guia de implantação de portal da transparência.** 1ª edição, Brasília, 2013. Disponível em: <www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_portaltransparencia.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. de S.; DA SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. da S.. **Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.** Revista de Administração Pública, vol. 46 (1), p. 153–176 jan/fev. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. **Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro.** Contabilidade Gestão e Governança. Brasília, V. 12. N 3. P-102-115, 2009. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/86/pdf_121>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins and MERLO, Edgard Monforte. **Uma análise dos sites de governos eletrônicos no Brasil sob a ótica dos usuários dos serviços e sua satisfação.** Rev. Adm. Pública [online]. 2013, vol.4 (4), pp.877-900. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9624>>. Acesso em: 24 de abril de 2018.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otavio. **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise.** Revista de Administração Pública, v.43,p. 23-48, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6678>>. Acesso em 22 de abril de 2018.

FILGUEIRAS, Fernando. **Além da transparência: *accountability* e política da publicidade.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 84, p. 65-94, 2011. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a04n84.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2018.

G. C. WIEDENHOFT E. M. Luciano O. A. MAGNAGNO. **Information Technology Governance in Public Organizations: Identifying Mechanisms That Meet Its Goals While Respecting Principles.** Journal Of Information. Systems Technology management vol. 14 (1) p. 69-87 2017. Disponível em: <<http://www.jistem.fea.usp.br/index.php/jistem/article/view/10.4301%25S180717752017000100005>>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da População 2010.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 de março de 2018.

JUSTICE, Jonathan B.; MELITSKI, James; SMITH, Daniel L.. **E-Government as an instrument of fiscal *accountability* and responsiveness: do the best practitioners employ the best practices?** The American Review of Public Administration, v. 36, nº 3, Sept., 2006. Disponível em: <<http://arp.sagepub.com/cgi/reprint/36/3/301>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

LAIA, Marconi Martins; CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; NOGUEIRA, Antônio Roberto Ramos; MAZZON, Jose Afonso. **Política de Governo Eletrônico no Brasil: Contexto, Gestão de TIC e Resultados.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, vol. 51 (1), p. 43-57 jan./fev. 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/31005/29819>>. Acesso em: 21 abril de 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004>>. Acesso em 16 de maio de 2018.

LOCK, Fernando do Nascimento. **Transparência da gestão municipal através das informações contábeis divulgadas na internet**. 2003.(Dissertação – Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7879>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

MARTINS T. C. M. BERMEJO P.H.S. **Os fatores determinantes da participação na produção coletiva de ideias para solução de problemas públicos**. Revista de Administração Pública v. 52, n. 3 (2018). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/74964>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

MCGEE, Rosie, and John GAVENTA. **Shifting Power? Assessing the Impact of Transparency and Accountability Initiatives**. IDS Working Paper v. 2011, n.383. Disponível em: <<http://www.ids.ac.uk/publication/shifting-power-assessing-the-impact-of-transparency-and-accountability-initiatives> >. Acesso em: 11 de maio de 2018.

MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. DE A. (2006). **A institucionalização do governo eletrônico no Brasil**. Revistas de Administração de Empresas Eletrônica, São Paulo, v. 46, (4), p. 1-13, out/dez. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37243/36007>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

MEIJER, A. **Understanding modern transparency**. International Review of Administrative Sciences, vol. 75 (2,) p. 255-269, 19 jun. 2009. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020852309104175>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

MICHENER, Greg; BERSCH, Katherine. **Conceptualizing the Quality of Transparency**. IN: Global Conference on Transparency (May) 2011. Disponível em <<https://spaa.newark.rutgers.edu/1stGCTR>>. Acesso em: 27 de março de 2018.

NEVES, Otávio Moreira de Castro. **Evolução das políticas de Governo aberto no Brasil**. In: VI CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 6, 2013, Brasília. Disponível em <<http://banco.consad.org.br/handle/123456789/943>>. Acesso em 28 de abril de 2018.

PAIVA, C.P.R.; ZUCCOLOTTO, R. **Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público**. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXIII, São Paulo, 2009. *Anais...* Anpad, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS332.pdf>>. Acesso em 03 de junho de 2018.

PEREIRA, José Matias. **Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil**. REGE Revista de Gestão, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-17, junho 2005. ISSN 2177-8736. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36514/39235>>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

PEREIRA, M. da G.; SILVA, W.A.C.; ARAÚJO, E.A.T. **Análise da Produção Científica sobre Accountability na Área de Administração Pública**. In: Congresso Usp- Controladoria e Contabilidade – Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil, XIV, 2014, São Paulo, Anais...São Paulo: 2014. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=369&titulo=An%E1lise+da+Produ%E7%E3o+Cient%EDfica+sobre+Accountability+na+%C1rea+de+Administra%E7%E3o+P%FABlica> Acesso em: 14 de outubro de 2018.

PINHO, José A. G.; SACRAMENTO, Ana R. S. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública Rio de Janeiro, vol. 43 (6), p. 1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6898>> Acesso 25 de abril de 2018.

PINHO, J. A. G. de. **Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia**. Revista de Administração Pública vol. 42 (3), p. 471-493, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6642>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R. **Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira**. Contabilidade Vista & Revista vol. 18 (1), p. 75-94, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/320>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F. da; VIEIRA, A. L.. **Transparência das contas públicas das universidades: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade**. IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis. 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35791>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

PRADO, O. **Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo).Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2432>>. Acesso em: 28 de outubro de 2018.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática** (3 ed). São Paulo: Atlas, 2006.

RAUPP, Fabiano M. **Prestação de contas de executivos municipais de Santa Catarina: uma investigação nos portais eletrônicos**. Administração Pública e Gestão Social, v. 6, n. 3, p. 151-158, 2014. Disponível em: <<https://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/612>>. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G. **Construindo a *accountability* em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina**. Cadernos EBAPE. BR, vol. 9 (1), art. 7, p. 116-138 mar. 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5194>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2018.

RAUPP, Fabiano Maury. PINHO, José Antonio Gomes de. ***Accountability* em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos**. In: Revista de Administração de Empresas (RAE), Vol 48, No. 4, p.770- 782, out./nov./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S008021072013000400011&script=sci_abstract>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

ROCHA, Arlindo C. ***Accountability* na administração pública: modelos teóricos e abordagens**. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 14 (2), p. 82-97, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/314>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

SANTANA JUNIOR, Jorge José Barros de. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPE/UFPE/UFRN, Recife, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4018>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

VIEIRA, Flávia Monaco; SANTOS, Vando Vieira Batista dos. **Governo eletrônico: a busca por um governo mais transparente e democrático**. In: Congresso Consad de Gestão Pública, 3, 2010, Brasília. Disponível em: <<http://banco.consad.org.br/handle/123456789/252>>. Acesso em 27 de junho de 2018.

SCHOMMER, Paula C.; NUNES, Jonas T.; MORAES, Rubens L. ***Accountability*, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal**. Publicações da Escola da AGU: Gestão Pública Democrática, Brasília, v. 4, n. 18, p. 229-258, maio/jun. 2012. Disponível em: <<https://seer.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/1595>>. Acesso em: 17 de junho de 2018.

STYLES, A. K., & TENNYSON, M. (2007). **The accessibility of financial reporting of U.S. municipalities on the Internet**. Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management, 19(1), 56-92. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/JPBAFM-19-01-2007-B003>>. Acesso em 24 de maio de 2018.

XAVIER, R. S. **Accountability e as suas Múltiplas Abordagens: um balanço teórico**. In: Encontro da ANPAD 2011, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB649.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. (2014). **As Causas da Transparência Fiscal: Evidências nos estados Brasileiros**. Revista de Contabilidade & Finanças–USP, São Paulo, v. 25, n. 66, p.242-254, Set./Out./Nov./Dez. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98013>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; RICCIO, Edson Luiz. **Transparência: reposicionando o debate.** Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, vol. 12 (25), p. 137-158, maio 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/21758069.2015v12n25p137>> Acesso em: 27 de abril de 2018.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. **Gestão Social, Democracia, Representação e Transparência: evidências nos estados brasileiros.** Revista de Ciências da Administração. V.17 Edição Especial de Dezembro de 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/21758077.2015v17nesp/p79>>. Acesso em: 11 de maio de 2018.